

Avaliação da Expansão do REUNI UFGD no Mato Grosso do Sul

Evaluation of the Expansion of the UFGD REUNI in Mato Grosso do Sul

Evaluación de la Expansión del REUNI UFGD en Mato Grosso do Sul

Rafael Gonçalves Gumiero¹

Recebido em 01/06/2018; revisado e aprovado em 09/10/2018; aceito em 28/10/2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v20i4.2028>

Resumo: O objetivo deste artigo é o balanço da expansão do REUNI em Mato Grosso do Sul e em Dourados, avaliando se houve desconcentração das universidades federais públicas das metrópoles para o interior do Brasil. A metodologia aplicada foi a coleta de dados quantitativos secundários que correspondem aos indicadores de expansão do Reuni, nos sites do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Ministério da Educação (MEC), Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GeoCapes).

Palavras-chave: Reuni; UFGD; polarização; desconcentração; universidades federais.

Abstract: The objective of this article is the balance of the expansion of REUNI in Mato Grosso do Sul and Dourados, evaluating if there was deconcentration of the federal public universities of the metropolis to the interior of Brazil. The methodology applied was the collection of secondary quantitative data that correspond to Reuni expansion indicators, in the sites of the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), Ministry of Education (MEC), Georeferenced Information System of the Coordination of Improvement of Higher Level Personnel (GeoCapes).

Keywords: Reuni; UFGD; polarization; deconcentration, federal universities.

Resumen: El objetivo de este artículo es el balance de la expansión del REUNI en Mato Grosso do Sul y en Dourados, evaluando si hubo desconcentración de las universidades federales públicas de las metrópolis para el interior de Brasil. La metodología aplicada fue la recolección de datos cuantitativos secundarios que corresponden a los indicadores de expansión del Reuni, en los sitios del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP), Ministerio de Educación (MEC), Sistema de Información Georreferenciada de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (GeoCapes).

Palabras claves: Reuni; UFGD; polarización; desconcentración, universidades federales.

1 INTRODUÇÃO

Em 2005, foi criada a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e seu projeto fundador apresentou forte relação com a identidade cultural do território da Grande Dourados, composta por comunidades indígenas, quilombolas, assentados do movimento dos sem terra (MST), afrodescendentes e brasiguaios, na faixa de fronteira com o Paraguai. A demanda da população pelo ensino superior federal é pelo direito a educação gratuita e reconhecimento identitário, em busca de empoderamento e capacitação dessa população para acessar as oportunidades (SEN, 2000).

A UFGD formulou o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) balizado pelas demandas sociais de Dourados e municípios do seu entorno, da Grande Dourados, totalizando um raio de ação para mais de 400 mil habitantes, o que representa 15% da população de Mato Grosso do Sul.

Historicamente, as universidades federais foram implantadas em áreas metropolitanas das capitais do Brasil, o que concentrou geograficamente a oferta de vagas no ensino superior público e restringiu o acesso de forma democrática e inclusiva para a população de outras

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá, Pará, Brasil.



sub-regiões do estado. A implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) apresentou um novo movimento de distribuição de universidades federais no interior e faixa de fronteira do Brasil, o que promoveu o processo de desconcentração de universidades federais das capitais para o interior do país.

As universidades federais originárias do processo Reuni, como o caso da UFGD, interiorizou a oferta de vagas no ensino público federal e pode ser posicionada como estratégica para o desenvolvimento territorial da Grande Dourados. A análise comparativa entre as escalas territoriais permite que seja comparada a distribuição de recursos financeiros do governo federal na implementação de novas universidades federais, no interior e faixa de fronteira, em relação às universidades tradicionais, instaladas em áreas metropolitanas e litorâneas.

Neste artigo, o objetivo foi avaliar o REUNI, com enfoque na identificação dos efeitos gerados pela desconcentração das universidades federais das metrópoles para o interior e faixa de fronteira do Brasil. A análise desta política pública é uma abordagem que permite comparar diferentes escalas territoriais, cotejando a comparação entre a escala nacional, representada pelas universidades federais tradicionais localizadas em sua maior quantidade em metrópoles; a escala estadual, Mato Grosso do Sul; a escala local, o município de Dourados, território em que foi instalada a UFGD, nova universidade federal.

Os dados foram consultados em sites do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Ministério da Educação (MEC), Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GeoCapes).

O artigo foi dividido em dois tópicos. O primeiro apresentou o REUNI como uma estratégia para o desenvolvimento local. No segundo tópico, foi elaborado o balanço dos dados da expansão do REUNI, comparando a escala nacional com a estadual, de Mato Grosso do Sul e a escala municipal, de Dourados.

2 O REUNI COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

As universidades públicas podem gerar desenvolvimento no território. Segundo Rolim e Serra (2009), a implantação da universidade no território pode gerar externalidades: 1. Contribuição à pesquisa e inovação regional balizada pelas demandas regionais, condições para aplicar a pesquisa e gerar inovações e processos facilitadores da transmissão e aproveitamento do conhecimento; 2. Contribuição do ensino e aprendizado ao mercado de trabalho e à profissionalização, realizado pela territorialização da aprendizagem, atração de estudantes e emprego regional, oferta de educação contínua, treinamento e aperfeiçoamento regional e formas alternativas de ensino; 3. Dimensionamento do desenvolvimento em três vertentes social, cultural e ambiental; 4. Capacitação para a cooperação regional que envolve mecanismos de envolvimento universidade – região, promoção do diálogo e iniciativas de interesse regional, avaliação do impacto da universidade, capacitação institucional para o envolvimento regional, gerenciamento dos recursos humanos e financeiros, e criação de uma nova cultura organizacional.

Segundo Vieira (2017), dos dois impactos gerados no território pela instalação da universidade, os encadeamentos “para trás” são considerados de ordem genérica, ou seja, poderiam ser estimulados por uma atividade econômica gerando efeitos multiplicadores de renda. Os impactos “para frente”, para o autor supracitado, são de maior relevância e podem gerar transformações no território. Podemos elencá-las em transformações econômicas e as que extrapolam os campos do ensino e da pesquisa, especificamente a dimensão da cultura, que abrange iniciativas

como bibliotecas, museus, galerias de arte, centros culturais multiuso e ações extensionistas da universidade no território.

Marques e Cepêda (2012) constataram as disparidades e desigualdades na distribuição de vagas e instituições no sistema superior de ensino, o que implica repensar o desenho das regiões (caso clássico do Norte e Nordeste) diante da concentração de vagas e instituições que se limita a pontos focais do Brasil, nas regiões metropolitanas.

O aumento dos investimentos em políticas públicas para a expansão de vagas e instituições de educação superior pública ocorreu somente a partir de 2005, tendo forte impacto a criação de nove novas universidades federais: Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Criação da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL); Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR) e Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS [PROUNI], 2005; REUNI, 2007; BRASIL, 2009).

A partir de 2007, o REUNI foi apresentado como alternativa às disparidades regionais no Brasil na oferta de vagas para o ingresso de discentes ao ensino superior público, através da criação de novas universidades federais em regiões de fronteira e interior, como mecanismo de potencializar o local e integração nacional. A criação de novas universidades ou unidades buscou atender às características socioculturais do território e ofertar vagas em cursos de licenciaturas somadas à vocação regional do trabalho (MARQUES; CEPÊDA, 2012).

Podemos identificar três fases do ciclo expansionista: a primeira (2005-2007) de constituição da rede de novas universidades, ou seja, foram criadas novas instituições e *campi* descritos no programa “Universidade: expandir até ficar do tamanho do Brasil”. A segunda fase, entre 2007-2010, atende à expansão a partir das contratações necessárias (docentes e técnicos administrativos) e da criação de novos cursos e vagas nas instituições. A terceira fase, entre 2010 e 2012, corresponde à consolidação. Ainda que para universidades criadas após 2012 tenham sido feitas repactuações, atualmente o REUNI não está ativo.

O REUNI² foi organizado por cinco características principais: i) expansão quantitativa: aumento de instituições, vagas, *campi*; ii) expansão geográfica: expansão buscando a interiorização das instituições visando à integração regional em três frentes – periferias metropolitanas, fronteiras e enclaves estaduais e fronteiras internacionais; iii) expansão das funções: visando a desenvolvimento local sustentável de caráter multicultural, geração de autonomia e consciência identitária a grupos sub-representados demandantes de direitos por reconhecimento; iv) expansão de acesso: mecanismos diferenciados na forma de avaliação do acesso como a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e lei de Ações Afirmativas; v) ampliação da permanência: visando estabelecer mecanismos para permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social (MARQUES; CEPÊDA, 2012).

O REUNI promoveu a expansão do ensino federal público segundo a estratégia de interiorização ao lado das necessidades e vocações econômicas regionais. Segundo o documento REUNI (Expandir mais), as novas universidades possuem momentos diferentes. A proposta de

² O REUNI (criado pelo decreto 6096/2007) combinado com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e as políticas de ações afirmativas propôs promover a expansão democrática do acesso ao ensino superior para a população de menor renda.

criação da Universidade Federal do ABC, qualificada como universidade totalmente nova, adveio da reivindicação de amplos setores da região, densamente povoadas e com reduzida presença de instituições públicas de ensino superior. A modalidade de novas universidades contemplou a criação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, do Vale do São Francisco e a do Tocantins (BRASIL, 2009).

As universidades federais da Grande Dourados e do Recôncavo Baiano podem ser posicionadas no quadrante de universidades que surgiram do desmembramento de outra universidade. A UFGD foi originária do *campus* de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). A UFRB foi derivada da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia. Na modalidade de novas universidades criadas pela transformação de faculdades isoladas e integradas, podem ser apontadas a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, a Universidade Federal do Semi-Árido, a Universidade Federal de Alfenas, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e o a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (BRASIL, 2009).

A UFGD é uma instituição que busca, em suas ações com a sociedade civil, garantir a igualdade de oportunidades, via ações afirmativas para o acesso, a permanência e a promoção de aprendizado dos alunos. A via de inclusão social e a promoção de educação para a população pode ser um forte capacitador para o desenvolvimento local e regional, de acordo com as demandas peculiares locais (BRASIL, 2007).

A UFGD implementou uma política de extensão universitária que combina fatores para a inclusão social e educacional, desenvolvimento local e regional, agronegócio, questões ambientais, inovação tecnológica, prevenção e assistência à saúde comunitária e atividades socioculturais. Os seus principais programas são: a) Programa transdisciplinar de direito e cidadania; b) Programa de apoio à extensão universitária Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX); c) Programa de apoio à extensão universitária Programa Nacional de Extensão Universitária (PROEXT); d) PROEXT NACIONAL/2007-2008 Identificação e Prevenção da Deficiência Visual nas Aldeias Indígenas de Dourados e Região-MS; e) Licenciatura Indígena Teko Arandu e do curso de Formação de Professores em Nível Médio, Ara Verá; f) Universidade de Portas Abertas; g) Diversidade e a Construção da Escola e Sociedade Inclusiva; h) Qualidade de Vida Para Todos; Educação Sobre Enteroparasitoses e Pediculose nas Escolas de Ensino Fundamental de Dourados-MS; i) Programa de Gerenciamento de Resíduos Integrados Perspectiva Zootécnica de Ruminantes no Mato Grosso do Sul (Prevenção De Doenças e Vacinação do Rebanho); j) Produção de Peixes Nativos de Água Doce; l) Cultura da UFGD Formação e Conhecimento (REUNI, 2007).

As metas das UFGD delimitadas após a implementação do REUNI são: 1) crescimento e formação profissional oferecidos à população da região de Grande Dourados-MS via duplicação de vagas ofertadas na graduação e pós-graduação; 2) Desenvolvimento regional, social e ambientalmente comprometido – a partir das demandas locais a UFGD oferece cursos de graduação e pós-graduação que capacitem a intervenção na sociedade pela educação; 3) Formação profissional humanista e transdisciplinar – por meio da oferta de uma estrutura curricular transdisciplinar busca oferecer aos alunos o desenvolvimento de conceitos de igualdade, justiça, liberdade e participação na conjuntura social, em sua formação subjacente com as produções científicas, tecnológicas e culturais; 4) Universidade com maior inclusão social – o programa de inclusão social contempla a ampliação do número de cursos e de vagas, a formulação de programas específicos para a inclusão de alunos de escola pública pelas cotas e oferece programas de extensão universitária que sejam transversais da universidade à comunidade; 5) Ensino superior

articulado com o ensino médio – ampliação do ingresso na universidade de alunos oriundos de escolas públicas intensificada pelo sistema de cotas e pelo ENEM; 6) Qualidade institucional – catalisados pelo REUNI e políticas articuladas para a promoção de excelência institucional no ensino, pesquisa e extensão (REUNI, 2007).

A UFGD é uma instituição que propôs a garantia das igualdades de oportunidades, via ações afirmativas para o acesso, a permanência e a promoção de aprendizado dos alunos. A via de inclusão social e a promoção de educação para a população pode ser um forte capacitador para o desenvolvimento local e regional, de acordo com as demandas peculiares locais (REUNI, 2007).

3 OS EFEITOS DA EXPANSÃO DO REUNI-UFGD EM MATO GROSSO DO SUL E DOURADOS

O documento Estudo de Dimensão Territorial formulado pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE) apresenta a regionalização do estado de Mato Grosso do Sul balizada pelos critérios de polarização e inércia econômica exercida pelo município na hierarquia urbana. As variáveis consideradas foram os eixos de ligação e as relações de influência e dependência existente entre os municípios polos e os que estão sobre sua influência econômica (SEMADE, 2015).

O documento referido dividiu Mato Grosso do Sul em nove regiões de planejamento que abrangem setenta e nove municípios. A capital Campo Grande foi posicionada como maior centro urbano e econômico do estado, ocupou o topo da hierarquização urbana, como o campo de maior influência sob as demais regiões, no que se refere à atração demográfica e atendimento de demandas de bens e serviços do seu entorno. Em seguida, os municípios Dourados, Corumbá e Três Lagoas ocuparam a posição de sub-polos regionais. E os pequenos centros urbanos foram posicionados em, Naviraí (região Cone Sul), Ponta Porã (região Sul-Fronteira), Jardim (região Sudoeste), São Gabriel do Oeste (região Norte) e Nova Andradina (região Leste) (SEMADE, 2015).

A Semade realizou o diagnóstico das nove regiões de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul e, como critério de definição desses territórios, utilizou a dinâmica inter-regional da logística de mobilidade rodoviária, que considerou as rodovias federais BR 163, BR 262 e BR 267, as quais interligam o estado nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste. Mais do que isso, por intermédio da capilaridade dessa logística de mobilidade, pode ser possível apreender o impacto das políticas públicas mediante a conexão dos municípios e das demandas por serviços da população, como saúde e educação, e a dinâmica econômica entre as regiões do Mato Grosso do Sul (SEMADE, 2015).

Nesse diagnóstico, foi identificado o fenômeno de polarização econômica e demográfica em poucos municípios em Mato Grosso do Sul, o que apresenta um quadro formado pelas desigualdades intra-regionais (SEMADE, 2015).

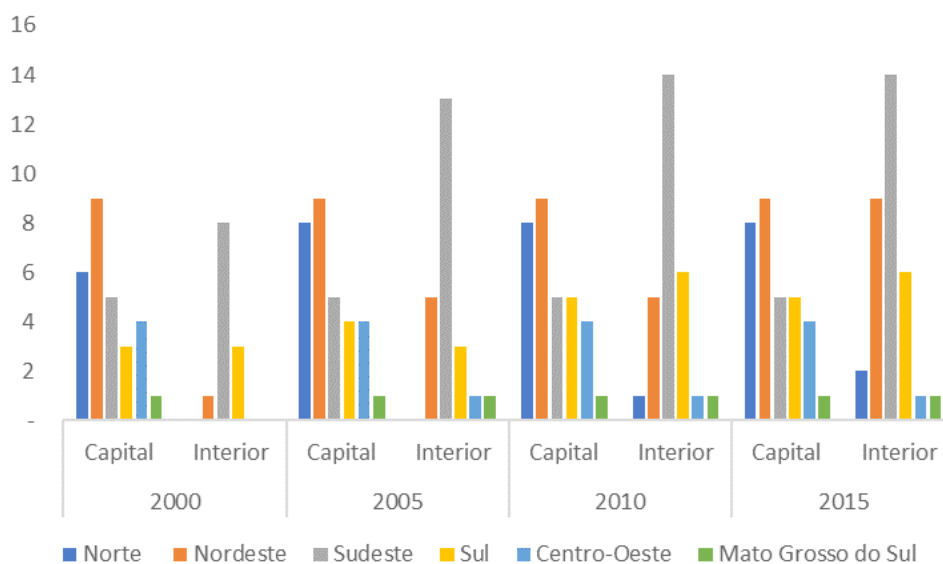
A região de desenvolvimento da Grande Dourados é formada pelos municípios, Caarapó, Deadópolis, Dourados, Douradina, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Jateí, Maracajú, Rio Brillhante, Vicentina.

O gráfico um apresenta a concentração de universidades públicas em capitais e grandes metrópoles do Brasil principalmente na macrorregião Sudeste. Nas macrorregiões Centro-Oeste e Norte, a expansão da universidade federal pública no interior dos estados ocorreu tardiamente, se comparada com outras macrorregiões.

Somente a partir de 2005, no caso de Mato Grosso do Sul, surgiu uma universidade federal no interior do estado. Antes as vagas para os cursos de graduação da universidade federal eram

ofertadas somente na capital de cada unidade federativa. Portanto, de saída, temos um grave problema: a distribuição geográfica das universidades não avançou às mesorregiões de fronteira e do interior do Brasil equitativamente ao montante localizado em áreas metropolitanas e estados centralizados.

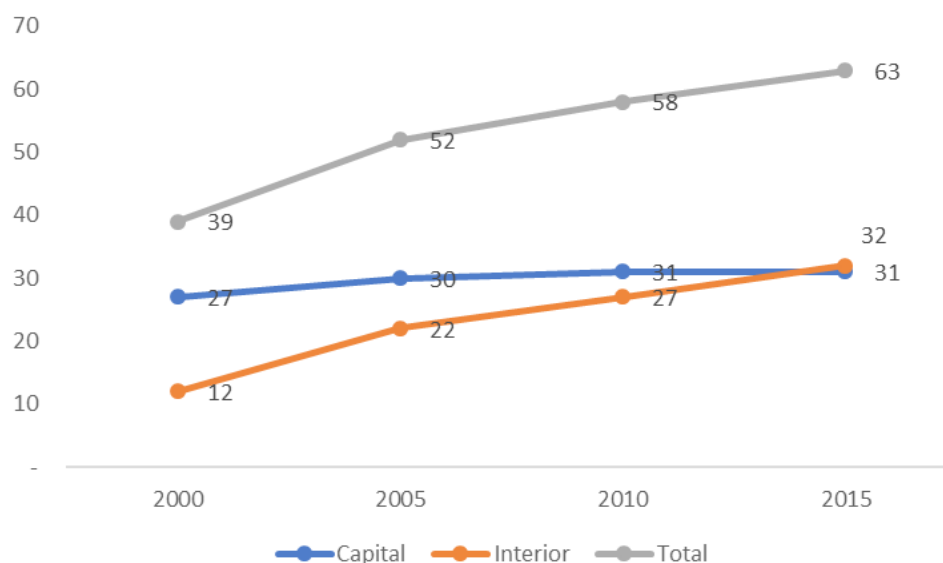
Gráfico 1 – IFES/Unidade da Federação



Fonte: MEC/INEP/DEED (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

A interiorização das Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) foi consequência do processo de expansão realizado pelo REUNI, em que saltou de 12 IFES, em 2000, para 32, em 2015, mais do que dobrando a quantidade de universidades federais, ao passo que a quantidade das IFES, em capitais, se manteve inalterada.

Gráfico 2 – Quantidade de IFES Capital e interior



Fonte: MEC/INEP/DEED (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

Houve expansão exponencial no número de matrículas nas IFES se compararmos os anos de 2000 e 2014, saltou de 482.750 mil para 1.180.068, ou seja, dobrou o número de vagas no ensino superior público federal. No caso de Mato Grosso do Sul, acompanharam essa tendência, duplicou a quantidade de matrículas no período referido, respectivamente, 11.290 mil para 24.732 mil.

Tabela 1 – Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais em IFES

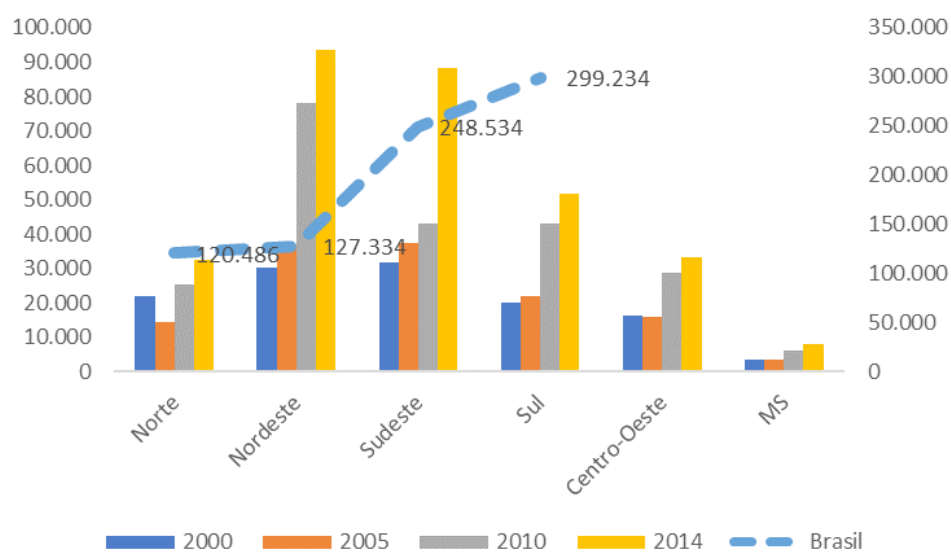
Macrorregiões	2000	2005	2010	2014
Brasil	482.750	579.587	833.934	1.180.068
Norte	57.456	88.050	105.257	146.198
Nordeste	146.147	171.220	260.147	366.613
Sudeste	139.861	160.098	249.262	364.672
Sul	84.119	95.836	135.132	187.760
Centro-Oeste	55.167	64.383	84.136	114.825
Mato Grosso do Sul	11.290	15.582	17.881	24.732

Fonte: MEC/INEP/DEED (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

A ampliação do número de matrículas acompanhou a expansão do número de vagas oferecidas no período de 2000 a 2014. Nesse período, houve um salto de 120 mil em 2000 para 299 mil em 2014, ou seja, o número de matrículas de alunos acompanhou a curva ascendente de vagas no ensino superior público federal. A maior oferta de números de vagas permaneceu no Sudeste, que, porém, foi ultrapassado em 2014 pelo Nordeste. Apesar da concentração do número de vagas permanecer nos grandes centros urbanos, o Nordeste desequilibrou esse quantitativo na distribuição.

Em 2010, na macrorregião Centro-Oeste, houve a expansão de 16.061 vagas para 28.817 vagas, e, em 2014, ampliou para 33.332 vagas. Em Mato Grosso do Sul houve a expansão de 3.705 vagas, em 2005, para 6.000 vagas, em 2010, e ascendeu para 8.075 vagas, em 2014. Essa expansão foi vagarosa se comparada ao ritmo de distribuição de vagas ocorrida nos grandes centros urbanos ou outras macrorregiões do Brasil, como o caso do Sudeste e Nordeste.

Gráfico 3 – Número de Vagas Oferecidas 2000-2014

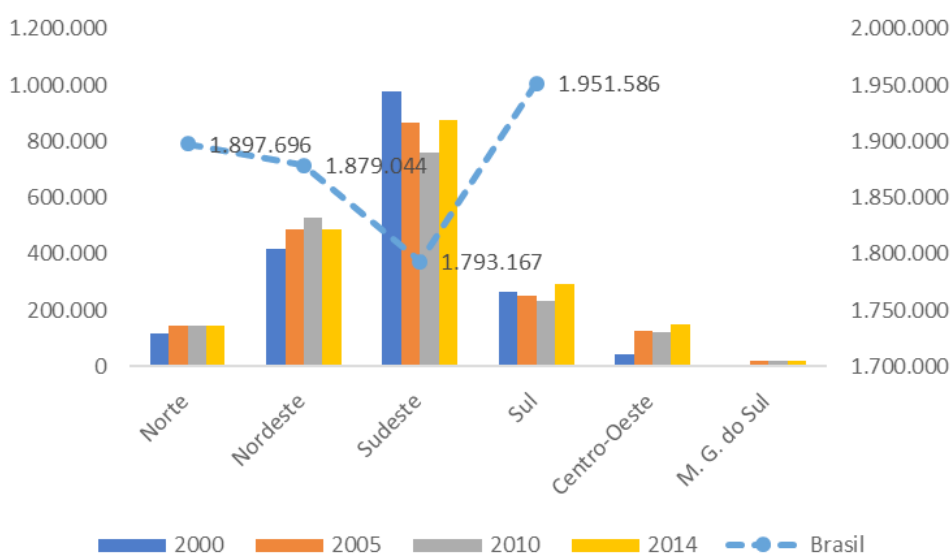


Fonte: MEC/INEP/DEED (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

O cruzamento dos indicadores de expansão de vagas ofertadas pelos IFES com o número de concluintes no ensino médio permite questionar se o desenho dessa política de expansão foi formulado considerando a relação oferta de vagas no ensino superior público federal à demanda de alunos concluintes do ensino médio. Em âmbito nacional, o número de concluintes do ensino médio em 2000 foi de 1.897.696 e, em 2014, ampliou para 1.951.586, subjacente à oferta de vagas no ensino superior que no período referido respectivamente, ampliou de 120.486 para 299.234. Esse cruzamento de dados permite auferir que houve na relação candidato vaga, considerados o número de concluinte no ensino médio e o de vagas ofertadas no ensino superior público federal, a média nacional de 15,75, em 2000, e posteriormente reduziu para 6,5, em 2014.

Nas macrorregiões, o comparativo dos anos 2000 e 2014, da média derivada da relação oferta de vagas no ensino superior público federal e a demanda representada pelo número de alunos concluintes do ensino médio, foi o seguinte: Sudeste, 30,8 em 2000 reduziu para 9,90 em 2014; Sul, 13 em 2000, queda para 5,6 em 2014; Norte, 5,4 em 2000, recuou para 4,4 em 2014; Nordeste houve a mais expressiva queda de 13,8 em 2000, para 5,2 em 2014; Centro-Oeste aumentou de 2,7 em 2000, para 4,49 em 2014. No comparativo entre as macrorregiões, somente no Centro-Oeste houve aumento da relação candidato vaga. Na contramão da tendência do Centro-Oeste, no caso de Mato Grosso do Sul, houve queda de 5,49, em 2005, para 2,71, em 2014.

Gráfico 4- Número de Concluintes no Ensino Médio



Fonte: MEC/INEP/DEED (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

Nos anos 1995 a 2010, o aumento do PIB do Brasil foi acompanhado pela ampliação dos investimentos na educação do governo federal, cresceu de R\$8.027 milhões, em 2000, para R\$33.548 milhões, em 2014. No caso do ensino superior, houve aumento de R\$ 5.034 milhões, em 2000, para R\$ 15.909 milhões, em 2010.

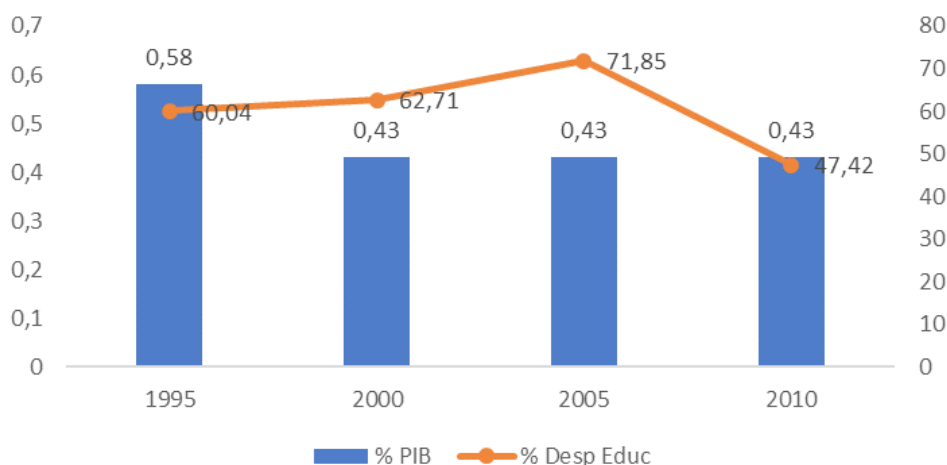
Tabela 2 – Despesas do governo federal com o ensino (valor em R\$ milhões)

	PIB	Receita Corrente Líquida	Despesa total com a educação	Despesa total com o ensino superior
1995	705.640,89	67.298,10	6.777,59	4.069,32
2000	1.179.482,00	148.201,50	8.027,79	5.034,58
2005	2.147.239,00	303.015,80	12.738,29	9.152,27
2010	3.674.964,38	499.866,60	33.548,69	15.909,84

Fonte: MEC/INEP/DEED (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

Apesar da ampliação do valor investido pelo governo federal no ensino público em relação ao PIB do Brasil, essa ampliação não acompanhou a curva ascendente do PIB, pois houve redução a partir de 2005. Houve queda do percentual de investimento do governo federal com as despesas da educação, se considerarmos o período 2005 para 2010, era 71,85% e caiu para 47,42%.

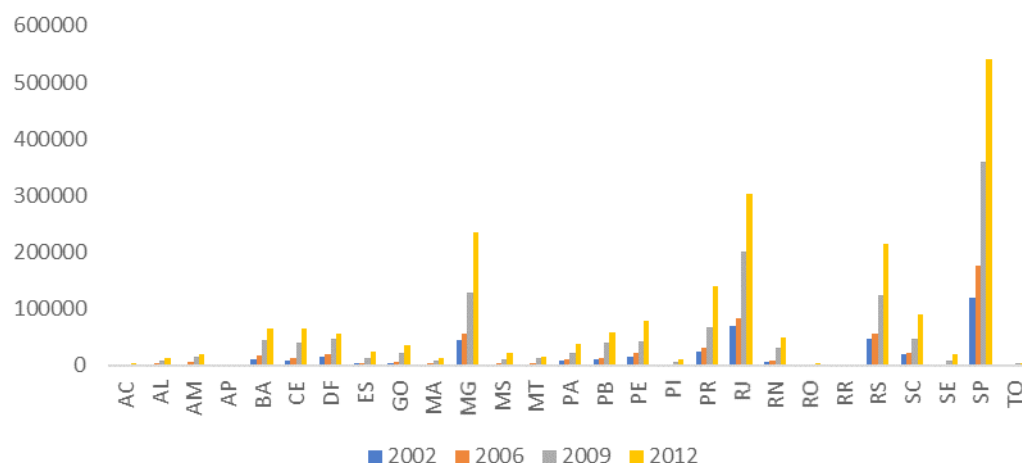
Gráfico 5 – Despesas Ensino IFES em relação porcentagem do PIB



Fonte: MEC/INEP/DEED (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

O investimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) regional apresentou, como tendência, a polarização macrorregional do Sudeste e Sul. No ranking de investimentos da Capes por unidade federativa, obteve o primeiro lugar São Paulo, em segundo lugar Rio de Janeiro, em terceiro lugar Minas Gerais, em quarto Rio Grande do Sul, em quinto Paraná e, em sexto, Santa Catarina. O estado de Mato Grosso do Sul foi apenas o décimo quinto colocado nesse ranking, mesmo ampliado sete vezes o investimento da Capes de 2006 para 2012, correspondente aos valores, de R\$ 3.241 milhões para R\$ 22.307 milhões.

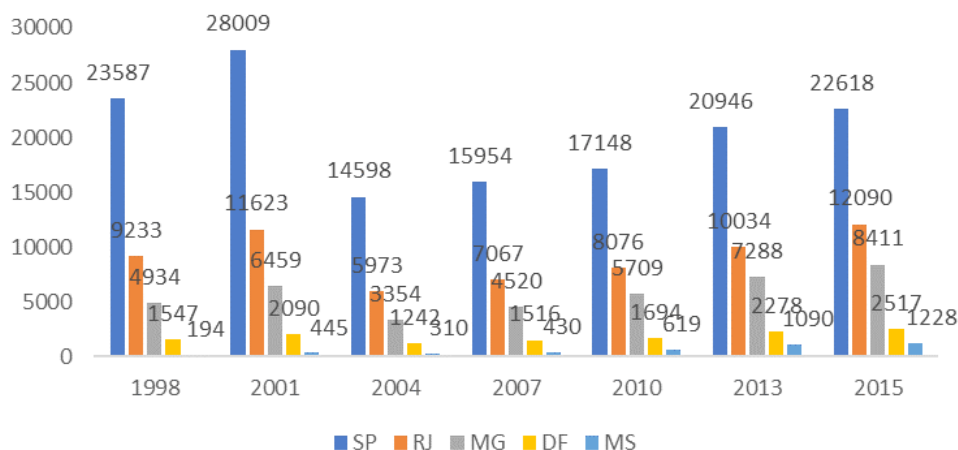
Gráfico 3 – Investimento Capes em bolsas e fomento (valor em R\$ milhões)



Fonte: Geocapes (disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>).

O comparativo de distribuição de doutores por unidade federativa posicionou em primeiro lugar São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais. Apesar da redução de 2001 para 2004 na distribuição de doutores em São Paulo, permaneceu em primeiro lugar e se manteve na curva ascendente até 2015. Em Mato Grosso do Sul, houve aumento de 2004 para 2015, passou de 310 para 1.228 mil doutores, porém, no ano de 2015, no comparativo com os três estados que ocupam as primeiras posições, permaneceu distante. Em 2015, foram contabilizados em São Paulo 22.618 mil doutores, Rio de Janeiro 12.090 mil doutores e Minas Gerais 8.411 mil doutores. O município de Campo Grande registrou 413 doutores, e o de Dourados (segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul), 218 doutores. A concentração de investimentos do governo federal em capitais ou áreas metropolitanas repercutiu sobre a permanência de doutores nesses municípios.

Gráfico 4 – Distribuição de doutores por UF



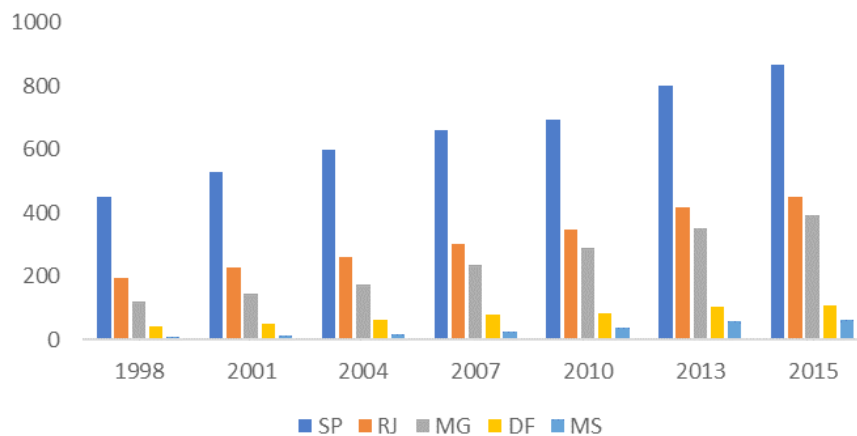
Fonte: Geocapes (disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>).

A distribuição de programas de pós-graduações apresentou ampliação nos estados São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal. Porém novamente pode ser averiguado que há polarização de financiamento de programas de pós-graduações no Sudeste, o que ressalta que há modesto movimento de distribuição de recursos para promoção

do ensino superior público federal e da pós-graduação para regiões interioranas e de faixa de fronteira do Brasil.

Em Mato Grosso do Sul, houve a expansão de 17 programas de pós-graduação, em 2004, para 63, em 2015, o que registra um salto, porém muito longe de se equiparar aos estados do Sudeste. Complementa esses dados o registro de 32 programas de pós-graduação em Campo Grande e 20 programas de pós-graduação em Dourados, no ano de 2015.

Gráfico 5 – Distribuição de Programas de Pós-Graduação por UFs



Fonte: Geocapes (disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>).

A distribuição de discentes de pós-graduação por UFs acompanhou a tendência de polarização, reforçada pela limitada oferta de vagas de programa de pós-graduação no Centro-Oeste e Norte do país. A concentração de cursos de pós-graduação no estado de São Paulo colabora para justificar a sua liderança na distribuição de doutores, discentes de cursos de pós-graduação e de recursos financiados pela Capes e MEC. Foram registrados, em 2004, 8.188 discentes de mestrado e 4.331 de doutorado, e, em 2015, ampliou para 11.168 alunos de mestrado e 6.777 de doutorado.

Segundo os dados da Geocapes, no comparativo com o estado de Mato Grosso do Sul, em 2004, foram registrados 157 alunos de mestrado e zero de doutorado. Posteriormente, em consequência da instalação de cursos de pós-graduação e ampliação de vagas, houve crescimento, em 2015, para 681 alunos de mestrado e 121 de doutorado. Em 2015, em Campo Grande, foram registrados 338 alunos de mestrado e 90 de doutorado e, em Dourados, somados 242 alunos de mestrado e 31 de doutorado.

Gráfico 6- Distribuição de Discentes de Pós-Graduação por Grau e Situação



Fonte: Geocapes (disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>).

O número de vagas em cursos de graduação presenciais ofertadas em IFES em Dourados ampliou-se na série temporal de 1991 a 2010. Destaca-se que, nos anos de 2005 e 2010, o número de vagas ofertado no ensino superior público ascendeu de 630 vagas para 1.580 vagas.

Tabela 3 – Número de Cursos Ensino Superior em Dourados

Dependência Administrativa	1991	1995	2000	2005	2010
Federal	9	8	13	12	31
Estadual	0	0	7	13	19
Privada	7	11	15	36	40

Fonte: INEP (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

Tabela 4- Vagas Oferecidas dos Cursos de Graduação Presenciais Dourados

Dependência Administrativa	1991	1995	2000	2005	2010
Federal	360	360	670	630	1.580
Estadual	0	0	310	600	780
Privada	680	1.160	1.740	4.320	6.140

Fonte: INEP (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

O número de candidatos inscritos no vestibular para o ensino superior público federal em Dourados, no período de 2000 a 2005, cresceu de 5.667 para 7.136, porém, em 2010, caiu para 1.460. Por outro lado, a matrícula nos cursos presenciais no ensino superior federal público ascendeu desde 1991 a 2010, destaque para o aumento que ocorreu em 2005 para 2010, respectivamente, de 2.901 para 4.273. A expansão das matrículas acompanhou a oferta de vagas em cursos de graduação e pós-graduação estimuladas pelo REUNI-UFGD; proporcionou a abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação e a expansão de vagas dos cursos instalados.

Tabela 5 – Número de candidatos inscritos no vestibular IFES Dourados

Dependência Administrativa	1991	1995	2000	2005	2010
Federal	1.412	761	5.667	7.136	1.460
Estadual	0	0	1.698	4.310	3.799
Privada	1.601	3.798	2.295	5.438	6.875

Fonte: INEP (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

Tabela 6- Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais Dourados

Dependência Administrativa	1991	1995	2000	2005	2010
Federal	1.147	1.158	1.925	2.901	4.273
Estadual	0	0	565	1.958	2.156
Privada	1.720	2.874	3.962	7.207	8.315

Fonte: INEP (disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do REUNI possibilitou a interiorização das universidades públicas, processo pioneiramente realizado pelas universidades estaduais que buscaram cumprir esse papel de democratizar as portas de entrada para alunos no ensino superior no interior dos estados. Porém esse processo foi implementado em um cenário em que há concentração de universidades públicas nas capitais do estado e baixo efeito de capilarização delas no interior dos estados, principalmente os das macrorregiões Centro-Oeste e Norte, dificultando o diálogo federativo e a redução das assimetrias regionais.

O balanço de investimentos concedidos pelo governo federal para expansão do ensino superior público federal ampliou a oferta de vagas no ensino superior, acompanhada pela abertura de novas vagas para concursos para docentes e técnicos, o que contribui para formação de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação em Mato Grosso do Sul e no município de Dourados, mas, no comparativo com outras unidades federativas, está muito aquém das demandas sociais.

O REUNI foi significativo para a expansão do número de universidades federais públicas, o qual ampliou para 32, em 2015. Esse movimento possibilitou a interiorização da oferta do ensino superior federal público para a população que antes não tinha possibilidade de a ele ter acesso. O quadro comparativo montado durante o processo de expansão do REUNI, de 2007 a 2015, possibilitou diferentes desenhos que nos permitem avaliar comparativamente a expansão em direção as áreas fronteiriças e do interior do Brasil, como o caso de Mato Grosso do Sul e o de Dourados, em relação à expansão realizada nas capitais e áreas metropolitanas do Brasil.

O quadro apresenta o crescimento em diferentes variáveis na macrorregião Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul, porém, na perspectiva comparada com outras regiões e estados, ocupou as últimas posições do ranking: a) houve expansão no número de matrículas em cursos superiores no Centro-Oeste, 114.825 mil, em 2014, e em Mato Grosso do Sul, 24.732 mil, em 2014, porém, na avaliação comparada, foi a macrorregião em que houve menor número de matrículas; b) o número de vagas expandiu no Centro-Oeste, para 33.332 mil, em 2014 e em Mato Grosso do Sul, para 8.075 mil, em 2014, no mesmo ano, foi o Nordeste que ofertou maior número de

vagas, 95.533 mil, e somente o Norte ficou em uma posição mais baixa do que o Centro-Oeste, com 32.483 mil; c) na média calculada pela procura do número de candidatos e o de vagas, o Centro-Oeste foi a única macrorregião em que houve aumento, de 2,7 em 2000, para 4,49 em 2014, em Mato Grosso do Sul houve redução de 5,49, em 2005, para 2,71, em 2014.

A distribuição dos investimentos da Capes em programas de pós-graduação colaborou para compreender que há concentração de capital humano e desenvolvimento de pesquisa científica, determinada pela localização geográfica dos programas de pós-graduação para promoção da pesquisa em áreas metropolitanas, na região Sudeste. As principais variáveis que justificam esse apontamento são: a) nos anos 2006 a 2012, os investimentos da Capes em bolsas de pesquisa foram liderados pelas unidades federativas São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, enquanto Mato Grosso do Sul está posicionado em décimo quinto lugar; b) no ano 2015, a distribuição de doutores por unidade federativa reforçou a liderança na localização de programas de pós-graduação em São Paulo com 22.618 mil doutores, Rio de Janeiro 12.090 mil doutores e Minas Gerais 8.411 mil doutores, enquanto Campo Grande registrou 413 doutores e Dourados, 218 doutores; c) em 2015, o número de programas de pós-graduação foi ampliado em uma proporção maior em São Paulo, 869, no Rio de Janeiro, 452, em Minas Gerais, 394, e em Mato Grosso do Sul, 63; d) em 2015, o número de discentes de pós-graduação acompanhou essa tendência, liderou São Paulo com 11.168 alunos de mestrado e 6.777 de doutorado, enquanto que em Mato Grosso do Sul foram contabilizados 681 alunos de mestrado e 121 de doutorado.

Em 2007, o REUNI impulsionou a UFGD em Dourados e proporcionou ampliação do número de cursos superiores ofertados, 31, aliada à de oferta de vagas nos cursos de graduação, 1.580 mil, e ao número de matrículas, 4.273.

Apesar da expansão quantitativa do número de cursos de graduação, matrículas, ampliação de docentes e técnicos e programas de pós-graduação no Centro-Oeste, há uma permanente concentração de investimentos do governo federal em municípios metropolitanos e em cidades médias do Brasil, no Sudeste, Sul e na faixa litorânea do Nordeste.

A desconcentração das universidades federais para o interior das unidades federativas exige planejamento para a consolidação das novas universidades federais, como é o caso das no Centro-Oeste e Norte, e na faixa de fronteira. No planejamento para implementação de novas universidades a estratégia deve considerar a expansão de vagas e abertura de concursos públicos para docentes e técnicos, subjacente à subsídios financeiros do governo federal para a formação de instituto de pesquisas e projetos de extensão, fomento à pesquisa de grupos de pesquisa e de discentes da graduação e da pós-graduação.

As externalidades que as universidades públicas podem desenvolver no território, segundo as interpretações de Rolim e Serra (2009), podem ser implementadas se houver um novo movimento da política pública do REUNI, para consolidação das novas universidades federais nos territórios em que foram instaladas, por intermédio de programas de permanência dos estudantes nas universidades e investimento em pesquisa científica. Retomando o argumento de Vieira (2017), para gerar o encadeamento para frente de uma universidade no território, é preciso aplicação de recursos financeiros do governo federal no desenvolvimento da pesquisa científica e ações extensionistas na comunidade, sendo de extrema importância a continuidade do REUNI em universidades do interior e faixa de fronteira do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Universidade, expandir até ficar do tamanho do Brasil*. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Reestruturação e Expansão da Universidade Federal da Grande Dourados REUNI-UFGD*, 2007.

MARQUES, A. C.; CEPÊDA, V. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democrático e inclusivos. *Revista Perspectiva*, São Paulo, v. 42, p. 161-92, jul./dez. 2012.

ROLIM, C.; SERRA, M. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, Curitiba, PR, v. 3, n. 1, p. 85-106, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEMADE). *Estudo da dimensão territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: regiões de planejamento*. Campo Grande, MS, 2015.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIEIRA, D. J. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In: MONTEIRO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2017. p. 277-305.

Sobre o autor:

Rafael Gonçalves Gumiero: Pós-Doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutorado e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Marília, SP. Professor adjunto do curso de graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (IEDAR) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Agrário e Regional na Amazônia (PPGPAM) da UNIFESSPA. **E-mail:** gumiero84@gmail.com, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-6193-8698>

